

ACTA DA OTTAVA REUNIAO ORDINARIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO, REALIZADA NO DIA 29
DE ABRIL DE 2011
Aos Vinte e nove do mês de Abril do ano de Dois Mil e Onze, pelas Vinte
e uma horas, reuniu-se na Assembleia de Mondim de Basto o Órgão
deliberativo deste Município
Faltaram à presente sessão os Deputados Municipais José Mário Machado
Queirós e Maria da Glória Leite Nunes, tendo apresentado as devidas
justificações, pelo que a Mesa deliberou justificar estas faltas
Os Deputados José Francisco Teixeira Lopes e Jorge Rabiço da Costa,
impossibilitados de comparecerem a esta sessão da Assembleia Municipal,
requereram a sua substituição, nos termos das disposições combinadas nos
artigos 78° n°1 e n°2 e 79° n° 1 da Lei n° 169/99, de 18 de Setembro, com a
redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, pelos cidadãos
imediatamente a seguir nas listas do Partido Socialista: Carlos Filipe Meireles
Macedo e Artur Jorge Silva Miguel
PRESENÇAS:
Encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos
do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a redacção que lhe foi dada
pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de
presença
ABERTURA DA REUNIÃO
Atenta à ausência do Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, a Senhora
Presidente da Assembleia designou, interinamente e para esta reunião, o
Deputado José Joaquim Ribeiro Pereira Afonso para desempenhar as funções
de Segundo Secretário da Mesa da Assembleia
Pelas Vinte e uma horas, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal
declarou aberta a presente reunião, dando início à ordem de trabalhos
187



# 1- Antes da ordem do dia -----

# 1.1- Assuntos gerais de interesse para o município. -----

A Senhora Presidente da Assembleia usou da palavra para iniciar a sua intervenção que a seguir se transcreve: «Queria começar esta minha intervenção com um pedido de desculpas relativamente a um momento menos feliz no meu desempenho como Presidente desta Assembleia. Infelizmente, os acontecimentos posteriores precipitaram um conjunto de insultos que me obrigam a abordar este assunto de outra forma. Como já lhes disse na última sessão, eu comecei a interessar-me pela política com catorze anos, na altura, ajudando o meu irmão e os seus companheiros num protesto contra a guerra colonial, tema que foi sempre muito caro à minha família. Isto porque obviamente influenciou a minha maneira de estar na política, ou seja, levou-me a estar aqui num sentido mais de militância cívica do que levada por quaisquer interesses partidários e muito menos pessoais, com um sentido de uma militância política mais cívica nas decisões e na obrigação de ajudar e estar presente nas decisões que nos dizem respeito a todos. Como Presidente desta Assembleia, tentei sempre conduzir os trabalhos com isenção e respeito por todos, o que muitas vezes só é percebido totalmente para quem está deste lado da Mesa. Várias vezes, é verdade, tive que interromper algumas intervenções menos convenientes, não pelo conteúdo mas sim pela forma insultuosa ou inconveniente como eram proferidas. Pretenderam, a pretexto de um momento de alguma fragilidade, porque eu sou humana, intuir publicamente a pretexto de um momento de fragilidade que abandonei o cargo, abusivamente tornando pública a Vossa opinião. Quiseram ainda fazer crer que terei inflectido a minha decisão de abandonar, segundo vocês, o cargo por pressão do Senhor Presidente da Câmara e quiseram ainda fazer crer que desconheço a Lei porque não souberam ler nas entrelinhas da minha intervenção a referência à votação dos Mondinenses. Considero, de tudo isto,



que houve falta de humanismo, desprezo pela minha condição de pessoa humana, mas acima de tudo houve muita arrogância dos mais novos e deslealdade daqueles que me conhecem nesta casa e nesta terra há tempo suficiente para saberem que isso não poderia nunca ser verdade. Conhecem a minha maneira de estar na vida e eu não seria capaz de fazer essas três coisas: eu não seria capaz de renunciar a um cargo por um desvario de momento, eu diria aos mondinenses e a vocês que me elegeram porque é que o faria, eu não voltaria atrás com a minha decisão por pressão de ninguém. Eu não preciso de publicar o meu currículo profissional, político nem de intervenção como cidadã: as pessoas conhecem-me. Por isso estou aqui, de peito aberto e com humildade para quem na vida o lema é "As pessoas valem mais do que todos os interesses mesquinhos" e serei deputada eleita pelos mondinenses até ao fim do meu mandato. A Presidência da Mesa que Vossas Exas. muito honrosamente me atribuíram não é o fim mais importante do meu empenho político nesta terra. A Lei está do Vosso lado. Se entendem que o momento se sobrepõe a todo um percurso só têm que com hombridade me demitir, mas façam-no aqui em sede própria e não em praça pública. Não aceito, mas percebo, que mais do que se preocupar com a minha pessoa quiseram criar um caso político. Muitas pessoas me disseram: "tudo isto resulta do facto de ser um alvo a abater". É assim, digo-lhes meus Senhores, se foi isso, enganaram-se duplamente. Primeiro eu não sou esse alvo certamente e segundo não é com ignomínias e mentiras que me deixarei abater. Essas eu já as suportei muitas vezes e em muitas campanhas portanto não é aí que me deixarei abater.» ------

O Deputado João Alarcão usou da palavra antes da ordem do dia para se referir a um assunto sob a forma de pergunta. Realçou que não viria falar do tema anteriormente abordado, compreendendo os termos acalorados e a compreensível terminologia que foi usada nessa intervenção, ainda que não



concordando com ela. Relembrou as palavras que dissera aquando da primeira assembleia em que manifestou que olhava para a Senhora Presidente da Mesa com o respeito que lhe merecia um passado de convivência. Mas considerando a abordagem da Senhora Presidente, lamentando o caminho por onde se dirigiu, manifestou que não ouvira fundamentar os insultos e que estava disponível para esclarecer qualquer situação que não tenha sido compreendida. Relativamente ao comunicado do CDS-PP sobre este assunto, justificou que este tinha uma idade que era uma idade de resposta para uma notícia vinda a público pelo que o grupo político respondeu a público. Referiu que o comunicado do CDS, para não se atribuírem responsabilidades a mais ninguém, era da sua autoria, não tendo consciência da existência, em qualquer linha (e caso haja uma interpretação contrária terá que ser justificada) que exista um insulto, admitindo que pudesse haver uma interpretação que não correspondesse a esse juízo. Realçou a sua posição inicial manifestando a sua disponibilidade para um esclarecimento mais detalhado. Quanto à sua intervenção propriamente dita, dirigiu uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara que assenta na preocupação que viu manifestada em diferentes órgãos públicos de uma parte da população de Mondim relativamente ao facto da estrada do Barreiro não estar completada pelo que como tal perguntava quais os contactos ou possíveis sensibilizações feitas junto da Câmara Municipal de Vila Real, a quem cabe a responsabilidade de não a ter completado, para que a estrada seja finalizada. Terminou dizendo que a responsabilidade não era do Município mas que este tinha com certeza démarches a fazer para a sua resolução. -----

O Deputado Carlos Filipe Meireles Macedo iniciou a sua intervenção no sentido de enumerar algumas acções que este Executivo tem vindo a desenvolver nos últimos meses que lhe parecem importante realçar. Não esquecendo as dificuldades financeiras, não é de mais referir que quando se



trabalha a obra realmente é possível. Salientou que já se iniciaram as obras da regeneração da parte histórica da Vila, que tem sido um lema do Executivo, sendo apenas o inicio de uma profunda regeneração da Vila que certamente será do agrado de todos. Neste âmbito, interpolou o Senhor Presidente da Câmara no sentido de saber se este iria tomar alguma medida relativamente às habitações que se encontram nessa parte da Vila e aos seus proprietários. Referiu que se encontrava também a decorrer um plano de formação para todos os funcionários da Autarquia, que é sempre uma mais-valia, quer em termos profissionais, quer para os mondinenses que recorrem aos serviços da Autarquia. Salientou que decorreram um conjunto de actividades culturais que vão desde Encontro Internacional do Caravanismo ao Rock'n Bee, à Comemoração do Dia Nacional dos Moinhos, às caminhadas, etc. Considera que estas iniciativas são o melhor dos argumentos que se pode apresentar a quem nos visita e a quem quer investir cá. Mondim está cada vez mais interessante para os jovens o que se deve à atitude energética deste Presidente e a toda a sua equipa. -----

A deputada Aurora Peixoto e Pereira congratulou-se por viver num Concelho tão activo e com tantas actividades positivas, energéticas e dinâmicas, mas no entanto chamou a atenção para alguns pontos que gostaria de ver respondidos pelo Executivo. Em primeiro lugar, chamou a atenção para o estado degradado do caminho em paralelo que vai em direcção ao Parque de Campismo, junto do estaleiro, questionando o Executivo se tem planos ou pretende fazer algo para remediar esta situação. Em segundo lugar, abordou a questão que tem a ver com a segurança do centro escolar, tema recorrente nas reuniões de pais, querendo saber se este Executivo averiguou e se já fez tudo o que se tinha comprometido fazer com a segurança desse centro escolar. Em terceiro lugar, relativamente a uma questão que tem a ver com o ruído dos bares, e uma vez que o Senhor Presidente da Câmara neste



momento já está em pleno conhecimento da situação, as pessoas do concelho são lesadas por causa desta situação, perguntou se existe alguma solução para que estes residentes não se continuem a sentir lesados. Referiu que teve conhecimento que alguns alunos de Travassos são transportados do centro da vila de Travassos para as suas aldeias de táxi, pelo que questionou no sentido de saber se esta situação era verdade e, caso o seja, o que falhou no planeamento do transporte da rede escolar dos alunos. Teve também conhecimento, e não querendo pôr em questão a honestidade deste Executivo, que um certo veículo saiu num domingo de Mondim, ao mesmo tempo que estava a decorrer uma actividade política em Lisboa solicitando que este Executivo efectivamente a esclarecesse, sem deixar margem para dúvida, que nunca utilizou os veículos da Câmara para qualquer acção de campanha partidária. Apresentou outra questão que se levanta também no Concelho, e não querendo que permaneçam dúvidas nem suspeitas de que neste Concelho há favorecimento ou ilegalidades, e de novo não questionando a honestidade do Executivo, salientou que todos os residentes do Concelho têm os mesmos deveres e direitos e que o Executivo deve ter esta situação em mais alta consideração para que não hajam rumores de certas situações de desigualdade. Considera que é preciso ter isso em conta quando se tomam algumas decisões. -----

O Deputado Luís Sabino de Moura iniciou a sua intervenção para abordar três questões. Primeiro apelou à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, também com muita responsabilidade neste assunto, para lembrar que o verão está aí, não há contadores e a Câmara Municipal gasta muito dinheiro em camiões de água. Perguntou se a Câmara irá passar estes meses a repetir o que se faz há muitos anos, o que considera ser de uma injustiça atroz. Desconhece como vão as negociações com a empresa das águas mas sabe que a Câmara tem a responsabilidade de pôr contadores a todos e começar a cobrar.



Colocou outra questão ao Senhor Presidente da Câmara relacionada com o regulamento de taxas, tendo-se apercebido de que quando se pede um projecto ou uma licença de ocupação, se tiver dez ou vinte anos, paga-se pela busca cinco euros vezes os anos, o que lhe parece ser muito injusto. Deu como exemplo um pedido de documentos exactamente igual à Câmara do Porto – 8 euros -, à da Póvoa do Varzim – 7 Euros - e à de Mondim de Basto - 120 Euros. Considera que efectivamente é esta busca que está a onerar de uma forma completamente injusta porque uma taxa tem subjacente um serviço prestado e isto não é uma taxa é um imposto. Pediu especialmente ao Senhor Presidente da Câmara para ver o que se passava até porque deu uma olhadela ao regulamento e viu lá busca - 5 Euros e não busca 5 euros por ano. Pediu atenção para isto porque não lhe parece haver a melhor aplicação do regulamento. Em terceiro lugar e relativamente às Festas de Mondim de Basto, parece-lhe que o formato adoptado no ano passado não é o mais adequado. Acha que a festa deve ser feita com algum contributo público mas com participação de todos. Pensa que a Câmara Municipal deveria reflectir seriamente sobre isto. As festas devem ser feitas por comissões e naturalmente a Câmara deve comparticipar mas o dinheiro é pouco e parecelhe que os comerciantes de Mondim de Basto, com o formato do ano passado, ficam claramente prejudicados. Deixou um apelo para que a Câmara repensasse esta situação. -----

O Deputado Bruno Ferreira de Moura referiu que estava em discussão pública o projecto de rede eléctrica de muito alta tensão proveniente da Barragem do Fridão. Nesse sentido, sugeriu que a Autarquia promovesse uma sessão de esclarecimentos, tal como se fez com a Barragem, até porque também estão em causa condições que podem afectar a qualidade de vida dos habitantes do Concelho de Mondim de Basto. Sugeriu ainda que se pedisse à Agência de Energia do Ave um parecer / estudo sobre esta matéria, sem



qualquer tipo de custo, desde que seja o Município a requerer. Enalteceu a Senhora Presidente da Assembleia pelo facto de ter feito a sua comunicação a abrir a sessão, considerando que foi importante, mas que começou por pedir desculpa mas a seguir fez foi juízo de valor. Acrescentou que contrariamente ao que o seu colega João Alarcão disse (que este assunto era para morrer) crê que este assunto não pode morrer porque com a mesma coragem que as pessoas tiveram para assinarem comunicados têm que a ter também aqui no local próprio e, aqui, frente a frente, sem qualquer tipo de demagogia e com a frontalidade que este assunto merece, terá que ser um assunto referido. No entanto, as pessoas não são avaliadas por aquilo que fariam ou não mas sim por aquilo que fazem e, segundo se recorda, nunca foi interrompido em assembleia, nem nunca faltou ao respeito, nem nunca provocou mas crê que pode, no mínimo, exigir que por parte de todos os membros isso aconteça. Leu o último parágrafo do comunicado do PSD porque é isso que na realidade esperam: «O PSD e Mondim de Basto espera que o cargo de Presidente da Assembleia seja assumido no futuro com ponderação, não se deixando pressionar ou influenciar, centrada na coordenação dos trabalhos da Assembleia e no respeito por todas as intervenções, permitindo a fiscalização da Câmara Municipal que à Assembleia compete e que se cumpra aquilo que o regulamento contém, sem qualquer tipo de favorecimentos e com total isenção. »Terminou dizendo que Se a assembleia tiver a capacidade de fazer isso, dar-se-ão por agradecidos. -----

O Deputado Fernando Avelino Silva fez a sua intervenção no sentido de deixar duas notas ao Senhor Presidente da Câmara. A primeira resulta do facto de que na última assembleia ouviram algumas notas de um técnico relativamente à água e ao saneamento, tendo ficado surpreendido com m comentário publicado pelo Senhor Presidente de que se tivesse que devolver o dinheiro do projecto da Eta de Bormela teria que fechar a Câmara Municipal, não tendo sido isto ipsis verbis mas presume que seria mais ou menos o



O Deputado João Armando de Almeida começou referindo que em relação à última Assembleia Municipal o Partido Socialista lamentava profundamente o sucedido. No entanto, considera que nada justifica as notícias publicadas na semana seguinte na comunicação social a dar conta de uma suposta demissão da Senhora presidente da Assembleia. Estas noticias bem como os seus respectivos autores merecem total repúdio da parte do partido. Esteve na última Assembleia Municipal e estava lá um único jornalista, o Povo de Basto, e que não foi no Povo de Basto que apareceram as noticias. Considera que foi uma tentativa de desonestidade em aproveitar um momento de fragilidade e tentar denegrir a imagem da Presidente da Assembleia junto das pessoas que a elegeram. Quem o fez dessa forma conseguiu denegrir a imagem desta instituição mas, pior anda conseguiram, deram visibilidade nacional, o que é de lamentar. Em suma, considera que os interesses do município foram claramente passados para segundo plano Referiu que a Deputada Aurora Peixoto e Pereira falou dos problemas que existem, de carências que existem de coisas que continuam por fazer, e acha muito bem que o façam, mas devem também realçar o que é feito. A Senhora deputada referiu uma vez que a estrada da serra estava por concluir, que estava cheia de buracos, entretanto a estrada foi concluída e a Deputada não teve a humildade de o vir aqui referir. Por ouro lado, acrescentou que a estrada que vem da ponte até ao ciclo nunca foi renovada no outro Executivo, foi agora profundamente remodelada e nunca ouviu nenhum reconhecimento acerca disso. Quanto à questão das



taxas exorbitantes que pagam na Câmara Municipal de Mondim de Basto, acredita que se houver um desfasamento em relação às buscas no arquivo com certeza que irão ser remediadas e atendidas.

O Deputado Fernando Gomes iniciou a sua intervenção antes de entrar na ordem do dia para fazer uma referência ao que se passou na assembleia de 25 de Fevereiro, querendo também ele, que este assunto morresse. Referiu que depois da Assembleia não fez nenhum comunicado para a imprensa tendo sido, pelo contrário, numa semana, atacado com dois comunicados baixos. Afirmou que quem fez um comunicado colocando em causa o que se passou na assembleia foi o PSD, não ele, mas a pessoa visada, para justificar o seu acto, que eu entendo, atacou-o com palavras que não são verdade: brejeiro, calunioso, xenófoba, insultuoso... Colocou a questão: e uma presidente da Assembleia a dizer «pimenta naquele sítio dos outros» isto é alguma postura? Acrescentou que já pedira uma vez desculpa à Senhora Presidente da Mesa em Assembleia por, num momento mais quente, a ter tratado por «ela», considerando que ela não é uma palavra que insulta mas, pelo contrário, é uma palavra feminina forte. Terminou dizendo que esta noticia não partiu dele mas que foi atacado e que é preciso haver isenções, não haver interrupções por parte da Senhora Presidente da Assembleia nas intervenções dos senhores deputados e que o Senhor Presidente da Câmara só pode falar no fim das intervenções. Relativamente aos assuntos da freguesia, começou por falar no bairro dos pobres onde há uma estrada aluída. Há pessoas que têm uma estrada que aluiu há três anos e ninguém foi lá. E acrescentou, dizendo frontalmente e sem ofensa, que, se o Senhor Presidente da Câmara não tinha dinheiro para colocar a placa que diz Sobreira de Mondim, que o diga que a Junta de Freguesia manda fazer e coloca. Relativamente ao pavimento do parque de campismo, referiu que a Junta de Freguesia mandou um ofício, a 1 de Fevereiro, e até hoje o pavimento está na mesma. Referiu que num



encontro com o Senhor Presidente da Federação de Campismo o Senhor Presidente da Câmara disse que não tinha conhecimento da situação, sendo que já tinha conhecimento por um ofício dirigido à Câmara. Quanto ao Centro Escolar de Mondim questionou o Executivo no sentido de saber se as questões colocadas já estavam resolvidas. Referiu que os bombeiros tiveram que intervir no bairro social para retirar a acumulação de água nos tectos que se infiltra pelas casas, juntamente com o excremento das pombas, tendo o Delegado de Saúde referido que havia perigo de saúde pública. Relativamente à Barragem do Fridão deixou um requerimento que a seguir se transcreve: «O Grupo Municipal do DS-PP, face às inúmeras implicações e impactos negativos que advirão da linha de muito alta tensão que prevê atravessar várias freguesias deste Concelho de Mondim de Basto, bem como todas as outras consequências inerentes à construção da Barragem do Fridão, vem solicitar a Vossa Exa. Se digne convocar uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, com o único ponto em agenda: Verificação da situação actual da construção da Barragem do Fridão e dos impactes para o Concelho de Mondim de Basto e suas populações». De seguida deixou também a seguinte Recomendação: «Já no próximo dia 30 de Maio termina o prazo de reclamação do estudo de impacte ambiental da linha de muito alta tensão. O Grupo Municipal do CDS-PP de Mondim de Basto entende que a população deste concelho e os seus representantes não se encontram suficientemente esclarecidos quanto à dimensão da diversidade de consequências daí advenientes. Neste sentido, solicita os bons ofícios de Vossa Exa. como Presidente deste órgão para que recomende ao Executivo Camarário a realização de uma sessão de esclarecimento sobre esta matéria». Salientou que a repavimentação feita entre a estrada da ponte até à igreja, e depois até Paradança, não foi feita pela Autarquia, mas sim pela Estradas de Portugal, sendo da competência da Estradas de Portugal, e que já referenciou que em frente à Casa do Lago acumula uma grande poça de água. Considera que se verificou uma falta de acompanhamento por parte da autarquia. Referiu que a Junta de Freguesia de



A Deputada Maria Fernanda Lemos Cunha usou da palavra para demonstrar o seu descontentamento sobre notícias que têm vindo a público, que não correspondem à verdade. O Senhor Presidente da Câmara convidou os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os deputados desta Assembleia para estarem presentes numa reunião com o Senhor Coordenador Dr. Henrique Botelho a fim de dar conhecimento dos assuntos para resolver a falta de médicos. Pois nessa reunião não foi dito que a vinda do quinto médico estaria dependente dos incentivos que a autarquia pudesse oferecer para a fixação do dito médico. O que foi afirmado pelo Dr. Henrique Botelho foi que estava a decorrer um concurso público e que se esperava que ele não ficasse deserto como acontece nos últimos anos, mas que enquanto decorria o concurso iria tentar arranjar um médico através de uma empresa prestadora de serviços. Declarou que não podia aceitar que o Senhor Vereador Lúcio Machado desse informações a um jornal com informações que não estão correctas. Mais entende também que assuntos tratados em reuniões particulares devem manter-se particulares. Acrescentou que nessa reunião o Senhor Presidente falou também no desejo de concretizar um desejo que é a unidade móvel de saúde, pelo que deixou um apelo ao Senhor Presidente para não se esquecer da unidade móvel por uma razão muito elementar: conhecendo o concelho sabe que as populações que precisam de



O Presidente da Junta de Freguesia de Campanhó usou da palavra para chamar a atenção mais uma vez sobre a pintura da estrada de Campanhó e sobre os railes de protecção. Também falou sobre o cemitério de Campanhó que iria ser feito a partir de Janeiro mas estando já nos em Maio ainda não viu. Chamou a atenção para que este problema gravíssimo se resolva. -------

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dirigir, e porque é seu dever com Presidente da Câmara, à Senhora Presidente da Assembleia o seu mais profundo respeito pela dignidade com que soube gerir e reagir à campanha de difamação de que foi alvo. E porque mesmo na política há um limite para tudo, considera que a Senhora Presidente mostrou com a sua atitude que está à altura do cargo que desempenha. Para responder ao Deputado João Alarcão que falou da estrada de Lamas d'Olo / Barreiro referiu que o que viu hoje na comunicação social é correcto. Referiu que escreveu ao Presidente da Câmara de Vila Real manifestando-lhe a disponibilidade da Autarquia de Mondim para, se for possível, partilhar inclusivamente custos para que as populações do Barreiro e Varzigueto fiquem com o problema resolvido. Acrescentou que da Câmara Municipal há todo o empenhamento como garante da defesa dos interesses das populações e que estava a fazer todo o possível para encontrar uma solução para este problema. Agradeceu naturalmente ao deputado Carlos Macedo sobre as atitudes de agrado para com as medidas do Executivo. Quanto à Deputada Aurora Peixoto e Pereira, disse que de facto ela não tinha emenda e que sua



pergunta foi colocada com um tom de suspeita. Justificou que pertence à Comissão Política do Partido Socialista e que o carro que utilizou foi o seu particular e que estava em condições de provar-lhe ou a quem tiver suspeitas que de facto foi no seu carro particular, não admitindo esse tipo de pergunta que são insinuações graves. Sobre o estado degradado do caminho para o parque de campismo referiu que de facto está degradado lamentando no entanto que os senhores deputados só circulem pela vila pois há outra situação idêntica no Barreiro que impede o autocarro de fazer a circulação normal e obriga um desvio. Realçou que logo que fosse possível a situação seria corrigida. Sobre o centro escolar, informou que tinha uma carta do empresário a quem foram encomendadas as grades a justificar a seu atraso, facto que lhe é imputado. Relativamente à questão do Bar Net's explicou: uma vez mais, há um regulamento em vigor de 1997 que refere no nº4 do artigo 2º «os clubes, cabarés, boites...poderão estar abertos até às quatro da manhã». Para mais, desde 15/10/1987 que o Bar tem uma licença. O bar Net's está na legalidade, como todos os estabelecimentos comerciais de Mondim. Se há problemas, há, mas não podem a partir de uma situação herdade atribuírem as culpas ao actual Executivo. Quanto à pergunta sobre o transporte dos alunos de Travassos remeteu a explicação para a Senhora Vereadora Teresa Rabiço. Relativamente às festas e para responder ao Senhor Luís Sabino de Moura, considera que ele deve ser dos poucos habitantes de Mondim que não gostou do formato das festas e que se há festas que correram bem em 2010 foram as de Mondim que apenas custaram 40% das de 2009. E se a Câmara Municipal contribui para as festas é do dinheiro público, a Câmara contribui para todas as festas do concelho em termos de logística. Relativamente à questão da Eta (Bormela) esclareceu que a Câmara teria que repor dinheiro que não tem, pois é um investimento avultado, não havendo nenhuma responsabilidade deste Executivo, existindo sim um processo de negociação com as Aguas do



Noroeste para tentar encontrar uma solução. Relativamente ao Balcão Único, informou que ao Município vai custar apenas 14.000 Euros no total de 70.000 Euros, sendo comparticipado a 85%. Considera que é um excelente investimento e que se não fosse comparticipado não seria feito. Este balcão único é necessário para a melhoria dos serviços da Câmara, mais atractiva, e para que o serviço prestado seja de maior qualidade. Para responder as questões do Senhor Presidente da Junta de Mondim, começou por esclarecer que relativamente à pavimentação da estrada Nacional 304 ninguém disse que foi pavimentada pela Câmara Municipal. Mas a câmara conseguiu que a estrada fosse pavimentada pelo que ficava bem que reconhecessem esse empenho e esforço. Acrescentou que o papel do Senhor Presidente da Junta era fácil: enumera as críticas e depois espera que o Executivo as resolva. E devolveu-lhe a pergunta: porque é que a Junta de Freguesia não resolve alguns dos seus problemas uma vez que gasta 6.000 Euros para ir a Santiago de Compostela e depois não tem dinheiro para gastar nas obras da freguesia? Acrescentou que o que estava a dizer não foi inventado pois está numa acta da Assembleia de Freguesia. Relativamente aos autocarros, esclareceu que o que foi feito foi uma norma interna para contenção dos custos dos autocarros, porque as Juntas de Freguesia também têm que contribuir para este esforço, não apenas a Câmara. Relativamente à Junta de Freguesia de Mondim de Basto, considera que se há Junta que tem folga financeira é a de Mondim. Quanto à unidade móvel de saúde afirmou que certamente até ao final do mandato este problema será resolvido. Relativamente a senhor Presidente da Junta de Campanhó, esclareceu que a Câmara desde Janeiro não faz obras, pois só o faz dentro da disponibilidade financeira que tem. Relativamente aos rails esclareceu que estava a ser pensada uma candidatura a um programa que se chama «pontos negros». Para responder ao Deputado Bruno Ferreira informou que a Câmara fez em devido tempo a comunicação que tinha a



fazer, estando a decorrer um período de discussão pública mas que a sua sugestão fazia todo o sentido e que a Câmara irá defender os problemas das populações e se for necessário contactar a Agência do Ave. Relativamente à questão das taxas manifestou que não tinha neste momento uma informação mas que iria averiguar.

A Deputada Aurora Peixoto e Pereira usou da palavra para dizer que, e uma vez que não tem emenda, iria desfrutar da fama. Relembrou que iniciara a sua intervenção por se congratular por viver num concelho com tanta actividade cultural, mas que lhe cabe fazer o seu papel, sendo o veículo do povo que a elegeu. Considera que nosso Presidente tem autoconfiança e auto-estima suficiente para não achar sempre que as perguntas são pessoais e dirigidas à sua pessoa. Não faz sentido. Agradeceu por ter sido esclarecida sobre o veículo da Câmara. Relativamente à questão do Bar Net's referiu que não se trata de saber se há legalidade ou ilegalidade, trata-se de saber se há uma solução para o problema ou não. Quanto ao centro escolar agradeceu o esclarecimento mas referiu que era preciso informar as pessoas envolvidas para que nas reuniões de pais pudessem esclarecer devidamente. Relativamente ao transporte das crianças do cruzamento de Travasssos, estas vão de táxi para o centro da aldeia pelo que questiona o que falhou no plano de transportes. Para terminar salientou que o repto que deixou foi um comentário global pois há murmúrios de certas situações que acontecem no Concelho, e que todas as pessoas que residem neste Concelho devem ter o mesmo tratamento. -----

Em defesa da honra da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia usou da palavra para dizer que ficava feliz por ouvir dizer que a Junta de Freguesia tinha folga financeira. É verdade, a Junta de Freguesia aumentou a receita, diminui a despesa e continua a fazer as suas actividades sem pôr em causa o cumprimento das suas obrigações.



Lamentou que o Senhor Presidente da Câmara não tenha coragem, como munícipe, de ir às Assembleias de Freguesia, que são públicas, para colocar essas questões. Acrescentou que a Junta não compunha as estradas pois estas são municipais mas que mantinha a hipótese, relativamente à placa de Sobreira, de a colocar se a Câmara assim o entendesse pois tem uma importância enorme para os cuidados de saúde INEM. -----A Senhora Vereadora Teresa Rabiço usou da palavra para explicar que a Deputada Aurora Peixoto e Pereira não deve estar bem por dentro da questão dos transportes escolares pois não houve alteração nenhuma e que o que se passa com o transporte escolar de Travassos foi planeado desde a primeira hora: os miúdos do pré-escolar e do primeiro ciclo estavam em 2009 a ser transportados pela carrinha da auto- mondinense mas que não ia ao centro da aldeia e os meninos tinham que se deslocar até ao largo para apanhar o autocarro. Pois isso terminou porque o Executivo remodelou a rede de transporte escolar e quem começou a fazer os transportes, por concurso, foi um taxista do Bilhó que vai do cruzamento ao centro da aldeia levar os 1.2- Correspondência recebida ------De seguida, pela Senhora Presidente da Assembleia foi presente a correspondência recebida. -----2- Ordem do dia -----2.1- Aprovação das actas das reuniões de 17 de Dezembro de 2010 e de 25 de Fevereiro de 2011 -----Acta de 17 de Dezembro de 2010-----Não havendo intervenções sobre esta questão, a Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação a acta de 17 de Dezembro de 2010 que foi aprovada por unanimidade. -----

Acta de 25 de Fevereiro de 2011------



De seguida iniciaram-se as intervenções relativamente à aprovação da acta de 27 de Fevereiro de 2011. -----

O Deputado João Alarcão referiu que sobre esta acta, e no seguimento do que disse anteriormente, estava impedido de continuar no mesmo sentido uma vez que existe omissão e inclusão de frases que a entender do Grupo Municipal não foram proferidas pelo que a opinião do grupo é que será necessário, para sua aprovação, que estes elementos sejam corrigidos. Indicou a página 166, no que respeita à declaração de voto da Senhora Presidente da Mesa, considerando, em entender do Grupo, as palavras usadas pela Senhora Presidente, certamente com sentido de humor, foram omitidas. Manifestou a sua estranheza pela redacção da acta. Sabe qual foi a expressão que foi usada e que isso não seria preocupante se tivesse sido transformada numa outra frase ou numa outra história contada no mesmo contexto por um colega de bancada, se isso não tivesse sido trazido a público com a dureza com que o foi. Acrescentou que também não se pode entender que na página 167 esteja escrito que «o Deputado Fernando Gomes fez a sua declaração de voto no sentido de concordar com o que a Senhora Presidente da Mesa tinha dito mas considera que o fez de uma forma deselegante para o cargo que ocupa», o que não é compreensível com a omissão que acabou de referir. Manifestou que era essa a sua intenção e que, no mesmo sentido de equilibrar, não sendo da responsabilidade da Senhora Presidente, manifestou a sua solidariedade para com o seu camarada de bancada pelos ataques injustos de que foi alvo e pela contenção que revelou em responder a esses actos que vieram a público de uma forma que não correspondia à verdade. Mais acrescentou que no caso da página 175 está declarado que «O Senhor Presidente da Câmara declarou que se ia ausentar da sala enquanto a intervenção do Deputado continuasse por não concordar com essa intervenção xenófoba», declaração que não ouviu e que confrontado com outras opiniões de outras pessoas que também não ouviram esta expressão e no caso de



persistirem algumas dúvidas sugeriu que fosse ouvida a gravação para que seja efectuada uma correcção ou então ser obrigado a reconhecer que não ouviu. Terminou dizendo que a conjugação dos dois factos fazia aumentar a sua estranheza e considerar que houve omissão e inclusão. -------

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia manifestou que fazia questão que a sua intervenção, e principalmente a última, fossem transcritas, tendo usado uma expressão popular de que não se envergonhava por a ter utilizado.

O Deputado Fernando Gomes manifestou que a redacção da acta não fazia sentido e que toda a gente sabia a frase que foi utilizada pela Senhora Presidente da Mesa na Assembleia, e que tinha sido deselegante e não brejeira. Acrescentou que quem pegar nesta acta não vai entender o porquê do Senhor Presidente da Junta dizer que a Senhora Presidente tinha sido deselegante, não faz sentido. A frase tem de constar da acta e depois as pessoas farão o seu juízo. Relativamente à parte da xenofobia, manifestou que já tinha reparado que este Executivo o queria conotar como xenófobo. Referiu que se orgulhava muito de ter vivido num país em que havia muitas raças, sendo descendente de cabo-verdiano pelo que não tinha qualquer tipo de problema. Mas acrescentou que o que não pode admitir é que uma palavra que está na acta não foi dita na Assembleia e nem foi declaração do Senhor Presidente da Câmara. O que sucedeu foi que o Senhor Presidente da Câmara se levantou da Mesa manifestando-se, e não fazendo nenhuma declaração de voto. O Senhor Presidente da Câmara manifestou-se e disse que com coisas sérias não se brincavam. O Deputado manifestou que não podia admitir este tipo de situação e que, desconhecendo se era a Dra. Emília que transcrevia as actas ou não, se essa vontade persistisse por parte do Executivo em o chamar de xenófobo iria tomar as medidas e tentar averiguar quem é que o estava a tenta conectar como xenófobo. Terminou dizendo que não podia admitir essa forma deselegante e baixa de tentar alterar a pessoa que é. -----



A Senhora Presidente da Mesa suspendeu a votação da acta para que fossem realizadas as transcrições daquilo considerado mais polémico e esclareceu que relativamente à frase do Senhor Presidente da Câmara havia sim uma omissão em relação à parte em que ele diz que «está farto destas brincadeiras e que saía» mas que ele usou a expressão, usou, facto que pode ser comprovado pela gravação. Acrescentou que omissões podem haver mas má-fé de escrever o que não foi dito é estar a pôr em causa a dignidade e a honestidade de uma trabalhadora da Autarquia. Terminou dizendo que a aprovação da acta seria feita na próxima sessão.

# 2.2- 2ª Revisão Orçamental e 2ª Revisão ao PPI-----

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dar uma pequena explicação sobre esta revisão orçamental e PPI.

Não havendo questões sobre este ponto da ordem de trabalhos, a Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a Segunda Revisão Orçamental que foi aprovada com treze votos a favor e oito abstenções. ------

# 2.3- Relatório de Gestão e Conta de Gerência do ano de 2010 -----

O Senhor Presidente da Câmara, por este ser um documento muito importante para a vida do Município, solicitou que a Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Dra. Susana Mota, fizesse uma apresentação técnica sobre o documento.

De seguida o Senhor Presidente da Câmara fez uma intervenção escrita por este ser um documento demasiado importante que a seguir se transcreve: «O ano de 2010 fica marcado pela aprovação de um plano de saneamento financeiro para a autarquia no valor de 13,5 milhões de euros. Este valor foi utilizado nomeadamente no pagamento de dívidas a fornecedores que se acumularam ao longo dos últimos anos. Sem o recurso a este financiamento a Autarquia não teria qualquer capacidade para liquidar as dívidas a fornecedores. Com esta medida a Câmara honrou os seus compromissos e restituiu a confiança aos seus fornecedores. Como é do conhecimento de todos, este executivo herdou



uma situação financeira muito difícil. Além do valor das dívidas a fornecedores, herdamos um quadro de pessoal com um peso muito grande no orçamento da Autarquia. Só na última década, de 1999 a 2009, foram admitidos na Autarquia 112 funcionários, muitos deles técnicos superiores Perante esta realidade, decidimos não aumentar o quadro de pessoal. Na verdade, durante o ano de 2010 e até à data não entrou mais nenhum funcionário nos quadros da Autarquia, apesar de já terem saído 11 funcionários do quadro que contrasta com o que facilmente se comprova com a admissão desenfreada registada na última década.  $\hat{A}$  data da tomada de posse, recordo, estava a decorrer um concurso para admissão de mais 4 técnicos superiores, concurso este que foi anulado pelo actual Executivo. Registou-se durante o ano de 2010, pela primeira vez em muitos anos, uma diminuição das despesas com o pessoal, apesar da opção gestionária que beneficiou 84 funcionários da autarquia, com salários mais baixos e que aguardavam há vários anos por uma actualização salarial, no valor de 70.000 Euros. A rubrica com pessoal, remunerações certas e permanentes, diminuiu porque saíram 11 funcionários desta Autarquia que não foram substituídos. Nesta Câmara, neste momento, e em relação à admissão de pessoal a regra é esta: saia quem sair não entra mais ninguém. Outra tarefa em que nos empenhamos com vista à redução das despesas foi a renegociação de vários contratos aos quais a Autarquia estava vinculada assim como a abertura de novos concursos para o fornecimento de bens e serviços. Refiro-me a contratos com telemóveis, seguros, software, recolha de lixo e, mais recentemente, com um contrato com uma empresa que realiza a volta a Portugal. Com esta medida conseguimos reduções da despesa que em alguns casos chegaram aos 30%. Após a tomada de posse, verificamos igualmente que alguns contratos de avença em vigor não eram necessários para o funcionamento da autarquia pelo que decidimos anular estas despesas. Com esta medida conseguimos poupar um valor mensal muito próximo dos 10.000 Euros. A título de exemplo, a Autarquia pagava 2.700 Euros mensais a uma empresa para cortar a relva a zona verde. Este contrato foi prontamente anulado. Tinha ainda dois contratos, um com um fiscal no valor de 1.500 Euros mensais e uma arquivista no valor de 1.600 Euros mensais, contratos estes todos anulados. Podemos somar ainda a todo este esforço uma



diminuição da despesa com s transportes escolares, viaturas, horas extras e ajudas de custo. Outro exemplo que demonstra bem a politica de contenção imposta é o valor gasto com as Festas do Concelho. Em 2010 o custo das festas foi inferior em 60% ao custo das Festas do Concelho em 2009. Querem os Senhores Deputados melhor exemplo e mais visível da redução de despesas sem prejudicar a qualidade e a participação popular neste evento? Fomos confrontados durante o ano de 2010 com pagamentos de juros de mora em empresas e trabalhos a mais que estavam a decorrer por falta de planeamento. Em 2010 a autarquia pagou apenas a duas empresas o valor de um milhão catorze mil e trezentos e seis euros em juros de mora resultantes do atraso de pagamentos em obras do mandato anterior. A título de exemplo, no centro escolar fomos confrontados com o pagamento de 329.010 Euros de trabalhos a mais sem os quais a obra teria simplesmente parado. Na estação de tratamento da água anda pagamos neste mandato 680.000 Euros ao gabinete de arquitectura responsável pelo projecto. Ainda durante o ano de 2010 tivemos que pagar 475.000 euros à ADSE valor este em divida desde 2007. Em 2010 levamos a cabo a reestruturação dos serviços da Autarquia com a diminuição do número de chefias. Aliás, a este respeito devo referir e demonstrar à Assembleia que se somarmos os custos com os cargos dirigentes e os custos com o chamado staff político estes são inferiores em cerca de 25% aos que se verificavam no mandato anterior. Ou seja, a estrutura dirigente do actual executivo é 25% mais barata do que no mandato anterior. No documento que está em análise e aprovação nesta Assembleia, de facto regista-se um amento do excesso de endividamento da Câmara em 3%. No entanto, convém recordar que este mesmo indicador, de 2008 para 2009 teve um aumento de 69%, ou seja, facilmente se concluiu que a trajectória é descendente e que o caminho que está a ser seguido por este Executivo é o caminho certo no sentido da consolidação orçamental. Se a receita referente a projectos e facturas por pagar tivesse já sido arrecadada e que totaliza um milhão novecentos e quarenta e cinco mil quatrocentos e quarenta e oito euros, os resultados seriam bem diferentes e o endividamento da Câmara diminuiria entre 10 a 14%. Com o recebimento destes valores em falta durante o corrente ano de 2011 haverá um impacto muito positivo na diminuição a dívida a fornecedores.



Apesar do enorme esforço na contenção da despesa, fomos confrontados com uma redução significativa da receita que resultou, por um lado na retenção mensal de 10% nas transferências do Estado pelo facto da Câmara ter ultrapassado o limite de endividamento em 2008 e da aplicação do PEC 1 que reduziu em 8,7% as transferências para os municípios. Em resumo, durante o ano de 2010 o valor da redução das transferências aproximou-se dos 500.000 euros. Como facilmente podem concluir a redução das receitas não ajudou nada no esforço de consolidação orçamental. Pelo contrário, acrescentou dificuldades ao esforço na redução da despesa. Outra preocupação muito presente na gestão da Autarquia foi encontrar financiamento próprio para realizar as obras comparticipadas que são necessárias ao desenvolvimento do Concelho. Como os Senhores Deputados podem verificar já arrancaram as obras da regeneração urbana no valor de dois milhões de euros. Em 2010 a autarquia adquiriu três autocarros novos num investimento de 418.964 euros. Este valor já foi pago integralmente pela Câmara tendo sido a candidatura aprovada recentemente pelo que ainda não recebemos nenhum valor de comparticipação. Abrimos o arruamento junto ao centro escolar, obra não prevista no projecto inicial, não comparticipada, totalmente suportada pela Autarquia e que representou um investimento de 125.000 euros. Na próxima segunda-feira será inaugurado o Balcão Único da Câmara. Adquirimos um pavilhão na Zona Industrial para os armazéns da Câmara, equipamos a Autarquia com a máquina retroescavadora para muitos trabalhos serem realizados nas freguesias. Além disso realizamos várias pavimentações, melhoria e vários trabalhos de remodelação nas freguesias. Em resumo, o equilíbrio das finanças da autarquia é já um processo bem iniciado como demonstram os resultados apresentados mas que durará ainda algum tempo porque a situação financeira da autarquia que herdamos era extremamente difícil. Recordo que no Plano de Saneamento Financeiro aprovado o equilíbrio será apenas atingido em 2017. Só por mera desonestidade ou desconhecimento é que se pode exigir a este Executivo melhores resultados do que aqueles que são aqui apresentados neste documento. Atendemos e vamos conseguir o reequilíbrio financeiro, menos despesas de funcionamento e



mais investimento porque acreditamos que só uma autarquia com boa saúde financeira pode garantir melhor qualidade de vida aos nossos cidadãos». -----

O Deputado Fernando Avelino Silva referiu que ouviu com atenção todas as questões colocadas, lembrando-se que outros deputados tinham confrontado uma situação do staff político comparativamente ao anterior. Pelo documento apresentado julga que há um aumento de 2%, pelo que gostaria de saber se esses dados são assim tão objectivos. Manifestou que não iria tecer qualquer consideração sobre o relatório enquanto documento técnico mas sim em termos políticos. Referiu que este Executivo, quando entrou em funções, fez o diagnóstico do passivo e aquando do saneamento financeiro apurou uma divida muito elevada que está documentada até Dezembro de 2009. Um ano depois este Executivo apresenta as contas e dos documentos e relatórios fornecidos percebe-se que o endividamento continua a subir, sendo para o Grupo Municipal uma situação preocupante uma vez que a divida subiu cerca de um milhão. Mais acrescentou que o facto se torna mais importante visto isto não acontecer numa época qualquer mas sim num momento em que o país sofre uma grave crise financeira pelo que se torna premente cortar nas despesas, tornando-se imperioso que a Câmara Municipal tome medidas ajustando-se a esta nova realidade. Realçou a questão de que no passado existia muita dívida não facturada e uma vez que o relatório é omisso quanto a este facto gostaria de saber se existe alguma desorçamentação. Considera que é fundamental que a Câmara Municipal mude de vida e evite fazer obras sem o respectivo cabimento. Relativamente à penalização de 50.000 Euros devido ao facto de se ter ultrapassado o limite de endividamento determinado por Lei em 7%, vindo do mandato anterior, salientou que este Executivo é também responsável por este aumento que passou de 7% para 11%, sendo responsável por este aumento de 4%. Considera que não se pode apenas assacar ao mandato anterior. ------



O Deputado Bruno Ferreira começou por registar a intervenção do Engenheiro Humberto Cerqueira pois considera que a leitura foi capaz de traduzir com dados mais objectivos aquilo que eram as suas dúvidas. Relativamente ao que foi exposto, apenas fez alguns apontamentos. Denota-se que houve uma redução de onze funcionários mas no entanto o peso na despesa corrente e a despesa com o pessoal aumentou 16 %, tendo já sido referido que houve um pagamento relativo aos anos transactos, pelo que gostaria de ser elucidado sobre o porquê deste aumento. Referiu também que já foi dito que a rede de transportes teve um custo de 418.000 Euros mas aquando da apresentação das verbas do QREN que estão por receber não estava mencionado este valor. No entanto, na divida a fornecedores aparece uma divida de mais 300.000 Euros à empresa Caetano, pelo que gostava que isto lhe fosse esclarecido. Em 2009 o total considerado por endividamento de capital líquido era de 19.497 Euros e o total líquido agora apresentado é outro. Referiu que quando aprovaram o saneamento financeiro não era esse o sentido que gostariam de ver a respeito das contas públicas. Deixou outra questão no sentido de saber se o relatório vai fazer com que haja algum tipo de cortes por parte do Estado relativamente às receitas para os anos seguintes.

O Deputado Luis Sabino de Moura usou da palavra para dizer que ninguém referiu que ser Presidente da Câmara era fácil e nas circunstancias actuais e da herança recebida é extremamente difícil, considerando que a questão que vem pela frente tem de ser objectiva e realista e que a Câmara Municipal está com um problema grave e que na situação em que estamos deve ser difícil fazer opções. Considera que os membros da Assembleia se devem responsabilizar e vir aqui dar os seus contributos. Relativamente às contas e ao relatório tem consciência que houve uma melhoria significativa, mais clara mas que se pode sempre corrigir e melhorar. Afirmou que não era daqueles que andam a



censurar o gabinete político e que entende que obviamente escolhe a sua equipa. -----

O Deputado Fernando Gomes referiu que na globalidade a divida da Câmara aumentou e que, confrontando com o mapa do ano anterior a divida aumentou um milhão. Quanto à questão de que o Senhor Presidente da Câmara não vai meter nenhum funcionário, não o vai fazer porque não pode, a Lei não o permite por causa de ultrapassar o endividamento não permite que abra concurso e é por isso que, provavelmente em 2013, o Senhor Presidente terá que levar o seu staff político. Reforçou aquilo que o Deputado João Alarcão disse relativamente à falta de lealdade e que tudo o que dizem é sempre considerado como insinuação e manifestou que apenas cumprem o seu dever como representantes eleitos. Quanto à pintura da estrada de Campanhó, referiu que o Senhor Presidente da Câmara varias vezes referiu



que não arranjava empresas para pintar menos de 30 km de estrada e que se alguém arranjasse uma empresa seria contratada, pelo que comunicou que, em menos de duas horas, encontrou uma empresa disponível para pintar menos de 30 km e que, por acaso, é credora fornecedora da Câmara. Terminou dizendo que isto sim era mentir. ------

O Deputado Fernando Avelino Silva fez jus às palavras do deputado Luís Sabino e que também ele não era daqueles que andavam a censurar o staff político, partilhando o mesmo pensamento. Fez referência que qualquer intervenção que não caia no agrado do Senhor Presidente lhe parece sempre ser uma insinuação. No que respeita à junta de Freguesia de Campanho relembrou que quando se discutiu o orçamento e o PPI o Senhor Presidente da Câmara tinha reunido com os Presidentes de Junta e lembrou que ele próprio afirmara que a questão do cemitério de Campanhó era importante e que essa seria uma das primeiras obras, pelo que considera que aquilo que se decide se deve cumprir.

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra não para se alongar sobre o estilo mas sim sobre a forma pois o estilo, cada um tem o seu. Registou o que o Senhor Deputado Luís Sabino de Moura disse relativamente ao facto que o Executivo fez melhorias significativas, agradecendo a sua atenção, mas lamentando que esta opinião não seja partilhada por todos os elementos da sua bancada. Relativamente às festas, o documento tem uma série de rubricas e o mais provável é que não apareça como Festas do Concelho pois o documento é feito por um programa informático (POCAL). Para responder ao Deputado João Alarcão, referiu que os senhores deputados não podem dizer tudo aquilo que querem e esperar que o Senhor Presidente da Câmara diga aquilo que eles gostariam de ouvir. Relativamente ao staff político referiu que já viu coisas escritas por alguns membros do Grupo parlamentar pelo que disse que uma mentira não passava a ser verdade por ser muitas vezes



repetida, nem acusou, apenas diz que não é preciso escrever muitas vezes a mesma coisa para passar a ser verdade. Para responder ao Deputado Fernando Gomes, referiu que a divida aumentou e que foi esclarecido que esse aumento foi de 3%, enquanto o de 2008 para 2009 foi de 69%e que não há outra forma de analisar de forma correcta os números, sendo matemático. Relativamente ao dinheiro que ainda não entrou nos cofres da Autarquia acredita que irá ser recebido durante o ano e serão melhoradas as condições financeiras da Autarquia. Referiu que os números deveriam ser analisados com boa-fé. Dirigindo-se ao Deputado Fernando Gomes referiu que a opção gestionária não era obrigatória mas que tinha sido uma opção do actual Executivo, considerando que não se pode acusar este executivo de despesismo pois existem provas dadas em como há uma clara diminuição das despesas. Mais acrescentou com frontalidade que o Senhor Presidente da Junta de Mondim estava a meio tempo na Junta e que deu consigo a pensar se haveria mais algum presidente de junta na mesma situação, não estando a fazer nenhuma censura, mas sim a comentar uma realidade. -----

O Deputado Fernando Gomes usou da palavra para defender a honra da Junta de Freguesia de Mondim de Mondim para dizer que o Senhor Presidente da Câmara não tinha coragem para ir às assembleias de Juntas de Freguesia colocar essa questão, acrescentando que já tinha sido Presidente de Junta no seu partido e a tempo inteiro e que contava com o apoio do Partido Socialista. Considera que isto é cobardia e que se estava a tempo inteiro era porque a Lei o permitia e entende que a sua actuação como presidente de Junta justifica plenamente e que se os outros Presidentes de Junta debaixo da alçada do Presidente da Câmara estão no beija-mão da Câmara, não tem culpa que a Junta de Freguesia de Mondim tenha autonomia financeira. Referiu que o Senhor Presidente era muito bom a dar resposta mas que sobre pintar as estradas não sabe dar resposta e que mentiu nesta Assembleia pois a empresa



Fernando Gaspar era credora da Câmara a quem foi pago 32.000 Euros da
dívida, se calhar sem saberem qual o serviço prestado. Terminou dizendo que
tinha um orçamento e que o iria entregar à Câmara para executar
Terminadas as intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia colocou à
votação o Relatório de Gestão que foi aprovado com doze votos a favor,
cinco votos contra e quatro abstenções
De seguida colocou à votação a Conta de Gerência de foi aprovada com
treze votos a favor, três votos contra e cinco abstenções
2.4- Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano de Saneamento
Financeiro
O Deputado João Alarcão referiu que no relatório semestral se faz
referência a que se encontram pagos 49 dos 57 dos fornecedores constantes
dos dois mapas anexos pelo que gostaria de saber quais foram os critérios
usados para esta aparente selecção
O Deputado Fernando Gomes iniciou a sua intervenção fazendo uma
observação de que esta Assembleia não aprova o relatório, segundo diz a lei o
Executivo remete à apreciação da Assembleia e que o incumprimento do
plano financeiro é comunicado pela Assembleia Municipal ao Ministério das
Finanças e ao Ministro que tutela as autarquias. Tecnicamente alguém vai ter
que informar que a autarquia não está a cumprir o endividamento, apesar do
saneamento financeiro. Este primeiro relatório demonstra alguma alerta de
que está pondo em causa o cumprimento em 2017? Colocou em questão à
simulação feito no relatório do empréstimo dos 13 milhões em que a
autarquia já está com dificuldade em pagar, pelo que tem sérias dúvidas e
acredita de que a Câmara não está a cumprir para já o plano financeiro
Não havendo mais intervenções, foi colocado à votação o Relatório
Semestral que foi aprovado com doza votos a favor e pova abstenções

A Deputada Maria Manuel Ferreira Martins iniciou a sua intervenção congratulando-se pela preocupação manifestada pela Câmara relativamente a um assunto tão sensível e importante. Começou por recordar a este propósito que o programa eleitoral do Partido Socialista já anunciava esta medida para todas as crianças. Relativamente ao regulamento surgem algumas dúvidas quanto aos seguintes artigos que parecem contradizer-se ou mesmo anular: art. 4º nº1, nº2, art. Nº6 nº3. Acrescentou que a fazer fé no último artigo, se os pedidos não forem efectuados durante o primeiro trimestre de vida as solicitações são anuladas o que lhe parece terrivelmente injusto. O grupo parlamentar acha que estes artigos deveriam ser substituídos por um único onde se diga que serão abrangidas todas as crianças até aos dois anos. Relativamente ao artigo nº3 parece-lhe que as necessidades que as famílias sentem em determinado momento podem não ser as mesmas em outros até porque podem receber ajuda de particulares. Manifestou terem consciência de que o apoio em dinheiro pode ser perverso mas quem o recebe pode utilizá-lo para outros fins mas talvez valesse a pena permitir pelo menos que os pais pudessem actualizar as suas necessidades de acordo com o momento que estão a viver. O Grupo pensa também que poderá ser sentido como humilhação pelos pais terem que ir mendigar estes bens junto do Presidente



da Câmara o que lhes parece ser bem diferente da situação de alguém que se dirige a um técnico da acção social. Daí acharem que a Câmara deveria articular este serviço com organizações que têm esta vocação e não chamar a si a execução desta tarefa. É de louvar a consciência e a bondade que a Câmara tem de ajudar mas porque não fazer parceria? Consideram que o regulamento poderia considerar também as famílias numerosas sendo-lhes prolongado o prazo de apoio até aos três anos. -----O Deputado Artur Jorge Silva Miguel interveio no sentido de referir que se verificou que este Executivo está sensível a esta problemática (loja social), havendo já um trabalho feito. Relativamente a esta medida considera que permite não só um apoio social mas também um incentivo para a natalidade, para combater o tal envelhecimento da população. Pensa que o Partido Socialista está a dar os primeiros passos com este regulamento para o compromisso assumido com os mondinenses. ------O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que este documento já tinha sido aprovado em reunião de Câmara e esteve submetido à discussão pública, não tendo chegado nenhuma sugestão de alteração quanto a ele. ------O Deputado Fernando Avelino Silva reconheceu que o regulamento esteve em aprovação pública tendo sido aprovado em Executivo Camarário mas manifestou que o Grupo do CDS-PP concordava com a proposta mas não concordava com o regulamento pois acham que deve ser aperfeiçoado. ------A Senhora Presidente da Assembleia colocou o Regulamento de Apoio às Crianças nascidas em Agregados Familiares Carenciados do Concelho de Mondim de Basto à votação, tendo sido aprovado com treze votos a favor, quatro votos contra e três abstenções. -----2.6- Regulamento de Apoio à Recuperação de Habitações Degradadas de Famílias Carenciadas do Município de Mondim de Basto -----



A Vereadora Teresa Rabiço usou da palavra para prestar algum esclarecimento sobre a existência de vários pedidos de ajuda para recuperação de habitações degradas. Referiu que existe um orçamento para este ano de 40.000 Euros que possibilitará a intervenção em 8 ou 10 habitações. O gabinete da Acção Social ficará encarregue de analisar as situações, manifestando que confiava completamente no gabinete de acção social que é extremamente sigiloso. ------

O Deputado Fernando Gomes confessou que relativamente ao regulamento estava à espera que a Autarquia aprovasse esse regulamento para poder começar a sinalizar as famílias que também batem à porta da Junta de Freguesia, conseguindo em alguns casos resolver os problemas sozinha mas outros são problemas maiores e manifestou que a Junta de Freguesia de





O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que relativamente às dúvidas de alguns deputados e particularmente em relação à pintura das estradas, se esqueceu de referir que o processo de contratação já foi iniciado tendo-o confirmado agora, o que significa que já assinou um despacho que já esta na Divisão Administrativa e Financeira, não tendo conseguido confirmar se o processo já estava aberto na plataforma, e se já estiver aberto qualquer empresa pode concorrer. Relativamente à pergunta da Dra. Maria Manuel Ferreira Martins respondeu que de facto a oficina móvel já tinha sido adquirida no âmbito do projecto EDP solidária pelo que brevemente a carrinha estará disponível no terreno.

A Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação o Regulamento de Apoio à Recuperação de Habitações Degradadas de Famílias Carenciadas do Município de Mondim de Basto que foi aprovado por unanimidade. ------

# 2.7- Desafectação do Domínio Público Municipal dos Edifícios Escolares ------

A Deputada Aurora Peixoto e Pereira usou da palavra para realmente perceber se este ponto só será aplicado nas escolas que neste momento estão sem alunos. Questionou se por acaso já tem algum destino, se já houve alguma preocupação do Executivo no sentido de averiguar qual o destino que irá dar a estas escolas, se há alguma ideia ou se existe alguma proposta. ------



O Deputado Fernando Gomes usou da palavra para dizer ao Senhor Presidente da Câmara que a Junta de Freguesia irá manifestar junto da Câmara a intenção de que haja cedência de uma dessas escolas para a Junta desenvolver alguns dos seus projectos. Acrescentou que no que se refere aos procedimentos da Assembleia, e mais uma acta ficou por ser aprovada, a Lei diz que as deliberações tomadas em assembleia municipal só têm eficácia depois da acta aprovada ou em minuta pelo que o Executivo já de há muitos anos vem tomando essa forma de que somos todos culpados: o Executivo tem colocado em execução logo a seguir à Assembleia as suas deliberações, o que é ilegal.

A Senhora Presidente da Mesa esclareceu que das deliberações era feita uma minuta assinada pela Mesa. Todas as votações são transcritas para uma minuta onde é referido o que foi votado e que é assinada pelos membros da Mesa que se for necessário as minutas depois de assinadas seriam enviadas digitalmente aos membros.

O Deputado Fernando Gomes referiu que a Minuta tem que ser lida pela Mesa e que, quando finaliza a reunião, a Presidente da Assembleia tem que comunicar aos membros da Assembleia se concordam ou não que essa reunião fique aprovada em minuta podendo os membros pedirem que seja lido algum dos pontos, acrescentando que gostaria que esse procedimento fosse seguido.

O Deputado Fernando Avelino Silva usou da palavra para dizer que o Grupo Municipal do CDS-PP partilhava o princípio da afectação das escolas porque se tem que permitir que aos edifícios degradados em desuso lhes seja dado um fim. No entanto gostariam de questionar o que é que será feito destas escolas e uma das ideias seria criar um projecto que, de acordo com um prisma de orientação possivelmente ligado ao turismo, pudesse ser aproveitado aquele que se enquadrasse nessa matriz sendo que eventualmente





2.9- Informação do Executivo
Relativamente a este ponto não foram levantadas questões
Encerramento da Reunião
Quando a Senhora Presidente da Assembleia anunciou o encerramento da
Assembleia, foi interrompida pelo Senhor Vereador Lúcio Machado que
referiu que havia pedido a defesa da honra ao que a Presidente da Assembleia
Municipal não acedeu por não lhe ter sido pedida autorização e por considerar
que tinha ultrapassado todas as regras
Após este incidente, e, não havendo mais assuntos a tratar, a Senhora
Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente reunião, da qual se
lavrou a presente acta, que depois de lida na sessão de 30 de Junho, por estar
conforme, foi aprovada e vai assinada pela Senhora Presidente da Assembleia
e Primeiro Secretário que a redigiu
·····

